

EXCLUSÃO SOCIAL E MEGAEVENTOS NO BRASIL

SOCIAL EXCLUSION AND MEGA-EVENTS IN BRAZIL

*Gisele Silva Pereira¹,
Adriana Araújo Portella², Gabriela Costa da Silva³,
Amanda Carriconde Duquia⁴ e Giovana de Matos Bandeira⁵*

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os impactos das intervenções urbanas realizadas na cidade do Rio de Janeiro, como preparação para as Olimpíadas de 2016, para as populações em vulnerabilidade social. A metodologia empregada contou com: visitas técnicas ao Parque Olímpico e a áreas de intervenção urbana; e entrevistas semiestruturadas com técnicos envolvidos no projeto do Parque Olímpico, com moradores da Vila Autódromo e com residentes em outras áreas de intervenção (Morro da Providência e Morro do Vidigal). Também foi usada a técnica de análise de conteúdo para analisar os dados coletados. Os resultados demonstram a falta de comprometimento dos empreendedores com a inclusão da população mais vulnerável e com a preservação do meio ambiente.

Palavras-chave: megaeventos esportivos, legado, exclusão social.

Abstract

This article aims to analyze the impacts of urban interventions carried out in the city of Rio de Janeiro, in preparation for the 2016 Olympics, for populations in social vulnerability. The methodology used included: technical visits to the Olympic Park and urban intervention areas, semi-structured interviews with technicians involved in the Olympic Park, with residents of Vila Autódromo and with residents in other intervention areas (Morro da Providência and Morro do Vidigal). A content analysis was also undertaken to analyze the data collected. The results demonstrate the lack of commitment of entrepreneurs with the inclusion of the most vulnerable population and with the environment preservation.

Keywords: sports mega-events, legacy, social exclusion.

Introdução

Este artigo tem como ponto de partida questões relacionadas à preparação das cidades-sede de megaeventos esportivos, a exemplo dos Jogos Olímpicos. Fatores como a inclusão social e a participação da população diretamente atingida pelas obras arquitetônicas e urbanas realizadas na cidade são temas abordados, tanto do ponto de vista dos envolvidos na elaboração e execução dos projetos quanto daqueles que foram removidos. O presente estudo apresenta como problemas de investigação os seguintes aspectos relacionados especificamente às Olimpíadas realizadas na cidade do Rio de Janeiro em 2016:

- A falta de participação da população local nos projetos urbanos que foram executados para atender às Olimpíadas;
- A ausência de um projeto social que fundamente os projetos urbanos na cidade;
- O legado deixado pelas obras urbanas e arquitetônicas visam à especulação imobiliária e ao atendimento às classes com maior poder aquisitivo.

As seguintes perguntas de pesquisa norteiam este trabalho: (i) Qual o legado urbano deixado pelas Olimpíadas de 2016 para a população do Rio de Janeiro? e (ii) Como as obras urbanas de preparação para as Olimpíadas de 2016 são percebidas pela comunidade da Vila Autódromo? Diante disso, o objetivo do estudo é analisar os impactos das intervenções urbanas realizadas na cidade do Rio de Janeiro, como preparação para as Olimpíadas de 2016, para as populações em vulnerabilidade social.

Trata-se de um estudo exploratório, que se utiliza de métodos qualitativos para lançar um debate acerca de temas polêmicos, como a gentrificação, que culminam por afetar a qualidade de vida particularmente das pessoas mais vulneráveis. Foram realizadas visitas técnicas e entrevistas semiestruturadas com a população afetada e com o pessoal técnico envolvido na realização dos projetos olímpicos e urbanos. Os dados obtidos possibilitaram a identificação de variáveis à margem da narrativa oficial dos Jogos, as quais acabaram por permear as obras do Parque Olímpico, para a Rio 2016. Inicialmente, o texto apresenta o conceito e a importância dos megaeventos esportivos no contexto mundial, bem como o debate sobre problemas verificados nas obras dos jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, de 2007, como forma de construir uma base contextual para interpretar e analisar os dados encontrados em relação às obras na Barra da Tijuca, para o Parque Olímpico de 2016. Espera-se que a discussão auxilie nos debates sobre questões de inclusão social, participação da população e gentrificação.

Megaeventos Esportivos: Conceito, Prós e Contras

Para iniciar a discussão é importante definir o que é “megaevento esportivo” no contexto deste artigo. Megaeventos esportivos são eventos de curto prazo, podendo durar de duas semanas a um mês, e que envolvem majoritariamente a realização de obras urbanas para preparar a cidade-sede para o evento. Segundo Mascarenhas (2008, p.146):

No plano empírico trata-se, pela natureza intrínseca do fato esportivo, de dotar as cidades de instalações específicas, que atendam às modalidades, dentro dos padrões normativos internacionais. Trata-se também de criar condições de alojamento para os milhares de atletas, pessoal de apoio e membros de comitês olímpicos, bem como para a imprensa. Além disso, quase sempre a cidade-sede requer

1 Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental, Professora no Centro de Ciências Socio-Organizacionais da UFPEL.

2 Doutora em Desenho Urbano, Professora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL.

3 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da UFRGS,

4 Arquiteta e Urbanista pela UFPEL.

5 Arquiteta e Urbanista pela UFPEL.

expansão ou melhoria em sua infraestrutura geral. Trata-se, enfim, de um amplo conjunto de intervenções urbanísticas; um momento-chave na evolução e no planejamento das cidades. No plano mais geral, corresponde a uma forma específica de pensar a cidade e seu sentido. (MASCARENHAS, 2008, p.146).

Dentre os megaeventos esportivos internacionais destacam-se as Olimpíadas, que são realizadas sob a administração do COI (Comitê Olímpico Internacional) e a Copa do Mundo, sob a administração da FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado). Estes eventos de abrangência mundial estimulam o turismo, geram impactos econômicos, sociais e ambientais positivos e negativos, além de serem planejados com o intuito de requalificar e divulgar a imagem do país-sede. Um megaevento esportivo, quando bem planejado, constitui-se como uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável da cidade-sede e do país. Pode auxiliar no desenvolvimento de novas áreas urbanas através do planejamento de um legado sustentável, capaz de gerar benefícios diretos à qualidade de vida da população. Tal fato se concretiza quando a infraestrutura desenvolvida para o megaevento é projetada para ser reutilizada após o evento pela população local, visto que os jogos duram apenas alguns dias (PAIVA, 2013).

Entretanto, sediar um megaevento esportivo nem sempre foi sinônimo de desenvolvimento. Os jogos olímpicos ocorridos entre 1896 e 1932, por exemplo, eram caracterizados pelo imprevisto e pela precariedade das estruturas físicas, deixando poucos traços na imagem urbana (MASCARENHAS, 2008). Segundo Muñoz (1997), somente após 1932, pode-se começar a estabelecer uma relação entre o megaevento esportivo e o desenvolvimento urbano, quando as Olimpíadas de Los Angeles foi propulsora no desenvolvimento de obras públicas que auxiliaram de alguma forma a reerguer a economia dos EUA. As Olimpíadas de Barcelona, em 1992, também são reconhecidas mundialmente pelas intervenções urbanas bem-sucedidas realizadas para sediar os jogos. Os recursos utilizados para executar o projeto na cidade espanhola visaram à requalificação da área portuária da cidade, a qual estava degradada (ROLNIK, 2010). Em Londres, em 2012, as Olimpíadas impulsionaram o desenvolvimento da região de Stratford, localizada na zona leste da cidade, cuja a área requalificada constituiu uma variável importante como legado à população local. A região possuía habitações precárias, era uma zona com maiores índices de desempregos e os índices mais baixos de escolaridade, além de ser ocupada por um grande número de galpões e fábricas abandonadas (MASCARENHAS, 2013). De acordo com Rolnik (apud FRÔ, 2011), Londres buscou uma política forte de investimentos em habitação social, com 30% dos empreendimentos ligados às Olimpíadas obrigatoriamente produzindo habitação popular após o evento.

Entretanto, dependendo do modo de planejamento de cada país para preparar a cidade-sede para os jogos, os efeitos do megaevento sobre a população local podem ser prejudiciais. As Olimpíadas de Atenas, na Grécia, demonstraram essa situação. Sediado em 2004, o megaevento foi bem-sucedido nas quase três semanas de jogos, porém, passadas quase duas décadas, 21 das 22 obras realizadas para o evento estão sem uso. A Copa do Mundo de 2010 sediada na África do Sul também se destacou como negativa já que não foi pensada para a classe social majoritária daquele país - 72 mil pessoas que moravam em áreas próximas aos estádios foram transferidas para áreas periféricas da Cidade do Cabo. Muitas famílias foram realocadas para as chamadas “Cidades de Lata” (acampamento construído com latas de alumínio, com precário conforto, saneamento e segurança). Além disso, outros problemas desfavoreceram as classes sociais mais vulneráveis, visto que os investimentos na educação e saúde do país reduziram, pois, grande parte da verba pública foi destinada à qualificação de estruturas necessárias para a realização dos jogos (FARIAS, 2014; CHADE, 2014).

De acordo com esse cenário, cabe destacar dois conceitos importantes, que muitas vezes entram em conflito quando os megaeventos esportivos estão sendo planejados: direito à moradia e gentrificação. Segundo Rolnik (2011), para que o direito à moradia seja contemplado na prática, a habitação tem que estar localizada em uma área que tenha acesso à luz, água, esgoto, coleta de lixo, além do acesso às oportunidades de desenvolvimento humano e econômico, como educação e saúde. Além disso, o local deve fornecer oportunidades de trabalho, renda e adequada qualidade de vida as pessoas. Quando uma parcela da população não tem acesso às condições de moradia adequada devido à distribuição de renda e riquezas no país, é função do poder público garantir esse direito. De acordo com Viana (2013), o direito à moradia é uma necessidade primária do homem, indispensável à proteção de vida, saúde e liberdade, sendo concretizado como direito mínimo para o homem viver de forma digna.

O conceito de gentrificação, por sua vez, foi definido em 1964, como o processo urbano que prevê a requalificação de áreas desvalorizadas da cidade pelo mercado imobiliário, transformações das relações de propriedade dos imóveis (de alugado para próprio), aumento do valor das propriedades e a substituição de classes sociais mais vulneráveis por parcelas da população mais abastadas (VASCONCELLOS, 2015; MONTEIRO; LIMEIRA, 2012; SMITH, 2006). É comum haver esse processo em países-sede de megaeventos esportivos, entretanto, o poder público deveria definir políticas públicas para que a gentrificação não causasse prejuízos para a população mais desfavorecida socialmente. A participação da população local é fundamental para a discussão de novas estratégias de projeto em áreas de renovação urbana, a fim de garantir uma composição residencial-social mista e proteger a identidade de cada local (MONTEIRO; LIMEIRA, 2012). Logo, é fundamental que haja um equilíbrio entre os interesses dos grandes investidores e da população local, a partir do desenvolvimento de uma política de revitalização que promova uma gestão participativa.

Tendo em vista os argumentos até aqui apresentados, passa-se para uma análise da situação dos Jogos Pan-Americanos de 2007, que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro, para que se possa proceder a uma análise crítica do que aconteceu nas Olimpíadas de 2016 na mesma cidade.

Os Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro

Os Jogos Pan-Americanos de 2007 tiveram como cidade-sede o Rio de Janeiro. A candidatura do Rio aos jogos tinha como um de seus argumentos de que aquele seria o momento oportuno de mostrar à comunidade internacional que o Brasil teria a capacidade de sediar um megaevento esportivo de maior escopo, como as Olimpíadas, a qual foi apontada como o legado almejado pelo Pan-Americano no Rio. Dessa forma, os Jogos Pan-Americanos foram considerados uma espécie de “trampolim” para as Olimpíadas (PEREIRA, 2011).

A Vila Pan-Americana foi construída na região da Barra da Tijuca com o objetivo de abrigar os atletas durante o evento e, após o seu término, ser transformada em um condomínio fechado para classes sociais mais abastadas (MASCARENHAS, 2008). Na discussão para definir o local onde seria construída a Vila, a área do Porto, que se caracterizava como uma zona da cidade necessitando de melhorias urbanas, não foi cogitada. Foi escolhida a zona da Barra da Tijuca, sendo a área delimitada caracterizada por possuir elevada umidade subterrânea. O projeto urbano e arquitetônico foi executado sem ter sido devidamente avaliadas as condições físicas do solo, o que causou problemas de infraestrutura nas edificações da Vila e nas vias urbanas (Figura 1), fazendo com que moradores atuais colocassem seus imóveis à venda (EXTRA, 2018).



Figura 1 - Vila Pan-Americana e seus problemas estruturais. Fonte: Portella (2015).

As instalações esportivas para os jogos foram construídas de forma a atender aos critérios olímpicos, já que serviriam como um legado ao fortalecimento da candidatura da cidade às Olimpíadas de 2016 (PEREIRA, 2011). Entretanto, de 2007 a 2016, os critérios olímpicos para a construção de instalações para os jogos foram alterados, e determinadas construções já não atenderiam às especificações olímpicas quando o Rio foi nomeado cidade-sede para as Olimpíadas de 2016.

Com relação ao uso dessas instalações esportivas no período pós-jogos, o Estádio João Havelange foi cedido ao Clube de Futebol Botafogo; na Arena Multiuso ocorreram shows; e o Velódromo e o Parque Aquático Maria Lenk permaneceram sem atividades regulares por um tempo (PEREIRA, 2011). Para as Olimpíadas de 2016, a utilização do velódromo foi desconsiderada devido a construção não estar em conformidade com as especificações olímpicas, sendo então demolido. Somente o Parque Aquático Maria Lenk, após passar por reformas, foi reutilizado para as Olimpíadas. Assim, verifica-se uma falta de planejamento do legado dos jogos, visto que muitas das infraestruturas construídas estão subutilizadas e com problemas estruturais.

Embora tenha havido uma Agenda de Desenvolvimento Urbano para os Jogos Pan-Americanos, listando as principais obras de infraestrutura necessárias à cidade, as quais seriam alavancadas pelos jogos, infelizmente, a mesma não se concretizou devido a disputas políticas e à falta de recursos e de tempo. Por fim, não houve melhorias significativas no espaço urbano em termos de regeneração, transporte e meio ambiente (PEREIRA, 2011).

Além disso, foram realizadas diversas remoções na cidade do Rio de Janeiro, a partir de 2006, sob o argumento de serem necessárias para a execução de obras vinculadas ao Pan. A falta de diálogo da Prefeitura com as pessoas removidas, ameaças de violência com os moradores, remoções realizadas à noite, e a falta de participação das comunidades locais nos projetos propostos, dentre outras atitudes, caracterizaram o processo com o qual as remoções foram realizadas para atender às necessidades do

megaevento esportivo. Outros setores também foram prejudicados com a realização do evento, como a saúde, a segurança e a educação, visto que o governo, que custeou os gastos, utilizou verbas dessas áreas para a construção de tais infraestruturas. Junto a isso, houve falta de transparência das contas dos projetos, contribuindo para oportunidades de desvio de verba e de esquemas de corrupção (MARCELLINO, 2013; PEREIRA, 2011). O orçamento inicial foi de aproximadamente 400 milhões de reais para a preparação de todo evento, todavia resultou em torno de 4 bilhões de reais. Vale ainda destacar que a iniciativa privada esteve pouco presente, no sentido de estabelecer as parcerias com o poder público. Diante desse panorama, tornou-se questionável o verdadeiro legado dos jogos para a população local da cidade (CARVALHO, 2013).

Metodologia

Para atingir o objetivo do estudo, métodos qualitativos foram aplicados. Foram realizadas visitas técnicas ao Parque Olímpico, à Vila Pan-Americana e à Vila Autódromo para se conhecer *in loco* os espaços, as construções, as instalações e as moradias. Além disso, foram feitas duas entrevistas semiestruturadas com técnicos envolvidos no projeto do Parque Olímpico, uma com o líder da comunidade da Vila Autódromo e quatro com residentes em outras áreas de intervenção urbana (Morro da Providência e Morro do Vidigal) para se compreender as percepções desses atores quanto aos impactos das intervenções na cidade. No total foram realizadas sete entrevistas semiestruturadas. As perguntas que integram o roteiro das entrevistas estão ligadas aos projetos de intervenção, aos seus impactos para a população, às remoções realizadas, ao legado da Rio 2016, entre outras.

As visitas técnicas ocorreram de 26 a 30 de agosto de 2015, na cidade do Rio de Janeiro. O grupo de pesquisadoras se constituiu de duas professoras da área de planejamento urbano e turismo, uma estudante de pós-graduação especialista no estudo da gentrificação, e duas bolsistas de iniciação científica da FAPERGS



Figura 2 - (A) Projeto original para o Parque Olímpico e (B) Proposta do futuro loteamento que constitui o legado deixado para o bairro. Fonte: IAB-RJ (2011).

(Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do RS) e do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

No dia 26 de agosto de 2015 foi realizada uma visita técnica ao Parque Olímpico. Uma das técnicas envolvidas no projeto permitiu a visita guiada, mas infelizmente não pode comparecer e enviou em seu lugar uma representante do setor de comunicação com quem se realizou uma entrevista semiestruturada. Em 27 de agosto de 2015 foi realizada uma outra entrevista semiestruturada com um dos arquitetos responsáveis pelo projeto do Parque, no prédio da Empresa Olímpica Municipal (EOM). A EOM é uma empresa pública de capital fechado com a atribuição de coordenar a execução das atividades e projetos municipais relacionados à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Além disso, funcionou como o ponto de contato e de integração entre a Prefeitura, os governos estadual e federal, e os agentes nacionais e internacionais envolvidos no processo de preparação da cidade para a realização do megaevento esportivo.

A visita e a entrevista semiestruturada com o líder da comunidade da Vila Autódromo foi feita no dia 26 de agosto de 2015 no prédio do centro comunitário da Vila; já as visitas e as entrevistas semiestruturadas com residentes dos morros da Providência e do Vidigal ocorreram nos dias 28 e 29 de agosto, respectivamente. Durante as visitas técnicas foi feito o registro fotográfico das áreas pesquisadas e as entrevistas semiestruturadas realizadas foram gravadas, com a permissão dos entrevistados, e transcritas posteriormente. Foi aplicada a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2015) para analisar os dados coletados das entrevistas semiestruturadas. Assim, procedeu-se a codificação do material coletado e a seguir a categorização do mesmo. Alguns trechos das transcrições das entrevistas são utilizados na seção seguinte para subsidiar a análise e a discussão dos resultados obtidos. Desse modo, os principais resultados e discussões deste estudo são apresentados a seguir.

O Parque Olímpico de 2016: a (des) construção do urbanismo

Conforme dados das entrevistas, em agosto de 2011 foi divulgado pela Prefeitura do Rio de Janeiro o projeto vencedor do Concurso Internacional para o Plano Geral Urbanístico do Parque Olímpico Rio 2016, coordenado pela Empresa Olímpica Municipal (EOM), em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). O Parque foi planejado sobre o terreno do antigo autódromo da cidade, localizado no bairro da Barra da Tijuca.

O projeto desenvolvido pela consultoria inglesa AECOM, a mesma responsável pelo projeto do Parque Olímpico de Londres em 2012, definiu como seriam ocupados os espaços públicos, praças e parques, além da disposição das instalações permanentes e temporárias e dos futuros empreendimentos imobiliários a serem construídos na área. Nesse primeiro momento o plano foi conceitual. A Vila Autódromo, uma área de habitação de interesse social localizada ao lado do antigo autódromo, foi preservada em sua maioria pelo projeto original. Foi proposto a remoção apenas das moradias que estavam nas margens da Lagoa Jacarepaguá, que seria então despoluída (vale destacar que esta ação ambiental já constava no Projeto do Pan do Rio). A argumentação conceitual sobre a questão ambiental foi uma importante variável para que o projeto fosse o ganhador do concurso. A recuperação e despoluição da lagoa e o paisagismo da área do Parque foram fatores decisivos para a escolha do projeto vencedor. Infelizmente, no decorrer da execução do projeto, os moradores da Vila Autódromo foram pressionados a abandonar suas residências. Além disso, as ações de recuperação ambiental foram minimizadas. O legado deixado pelo Parque no período pós-jogos foi pensado em forma de parcelamento do solo para a população de alta renda, sem que a questão social fosse considerada: a concepção de legado correspondeu a proposta de criação de um novo loteamento voltado às classes mais abastadas (Figura 2).

A seguir são discutidos em síntese três questões importantes sobre a implantação do Parque Olímpico: a mobilidade urbana e a inserção social e ambiental sob o viés da sustentabilidade. Todas as discussões são apoiadas na literatura, nas visitas técnicas e na análise de conteúdo das transcrições das entrevistas realizadas.

Mobilidade Urbana, Inserção Social e Ambiental: O Parque Olímpico de 2016

Um dos propósitos centrais da candidatura do Rio de Janeiro à cidade-sede dos Jogos de 2016 foi o de deixar um legado sustentável para o País, para a cidade e para os Movimentos Olímpico e Paraolímpico. Assim, a candidatura foi vista como uma forma de impulsionar as transformações sociais, físicas e ambientais necessárias ao desenvolvimento sustentável de longo prazo da cidade. Para isso, o Governo financiaria uma série de programas para apoiar os Jogos, os quais formariam a base do desenvolvimento sustentável. Tais programas contemplariam a melhoria da qualidade do ar, dos transportes públicos e da segurança pública; e a preservação da maior floresta urbana do mundo, incluindo o plantio de 24 milhões de árvores até 2016. A partir da concretização dessas transformações, o Rio de Janeiro teria cada vez mais o perfil de cidade global, tornando-se um lugar ainda melhor para viver, realizar negócios e fazer turismo (DOSSIÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009). Entretanto, em termos práticos, o que houve foi um distanciamento profundo do discurso oficial dos Jogos, conforme mostram os resultados da pesquisa.

Uma das questões sobre a inserção urbana do Parque Olímpico que mais chama a atenção é a da mobilidade urbana. O projeto viário do entorno do Parque caracteriza-se por um desenho urbano voltado para o veículo motorizado em detrimento do pedestre. A duplicação das Avenidas Embaixador Abelardo Bueno e Salvador Allende corresponde a cinco faixas em cada sentido, aumentando a capacidade de tráfego na região. Embora no projeto estejam previstas a construção de uma ciclovia de 9 km, a inserção de uma via de BRT (Transporte Rápido por Ônibus), calçadas e projeto paisagístico, durante a visita técnica a imagem foi de uma área totalmente voltada para o veículo privado motorizado. O bairro caracteriza-se pela predominância de condomínios fechados, murados para as vias principais, gerando ruas sem vitalidade e uma vida dependente do automóvel (Figura 3). A presença de pedestres é rara acontecer na região, gerando uma percepção de 'bairro fantasma', devido à falta de vigilância pedonal das vias. Jacobs (1961) já apontava a aproximadamente 70 anos atrás que a falta de pessoas nas ruas aumenta a percepção de insegurança do usuário, tornando a cidade sem vida e pouco convidativa às atividades de lazer nos espaços públicos. Em 2015, durante a realização da pesquisa, a Barra da Tijuca caracterizava-se por uma escassez de praças e parques públicos, mesmo estando às margens da Lagoa Jacarepaguá, um ponto importante da paisagem natural do Rio de Janeiro. Essa realidade é confirmada a partir da entrevista realizada com um dos responsáveis pelo Projeto do Parque Olímpico, o qual afirma:

‘Esse Parque será um parque na realidade de eventos porque a Barra da Tijuca tem um modelo urbanístico em que você resolve tudo dentro dos condomínios, então você não tem muito espaço público como tradicionalmente as cidades têm [...], na Barra da Tijuca você não tem isso, áreas que sejam comuns fora dos condomínios, então o Parque na realidade tá meio que se cristalizando como uma área de eventos, porque ninguém vai sair de casa aí, se vocês verem a localização dele dentro da região, ninguém vai sair daqueles prédios e atravessar uma via de alta velocidade para ficar num parque público [...].’

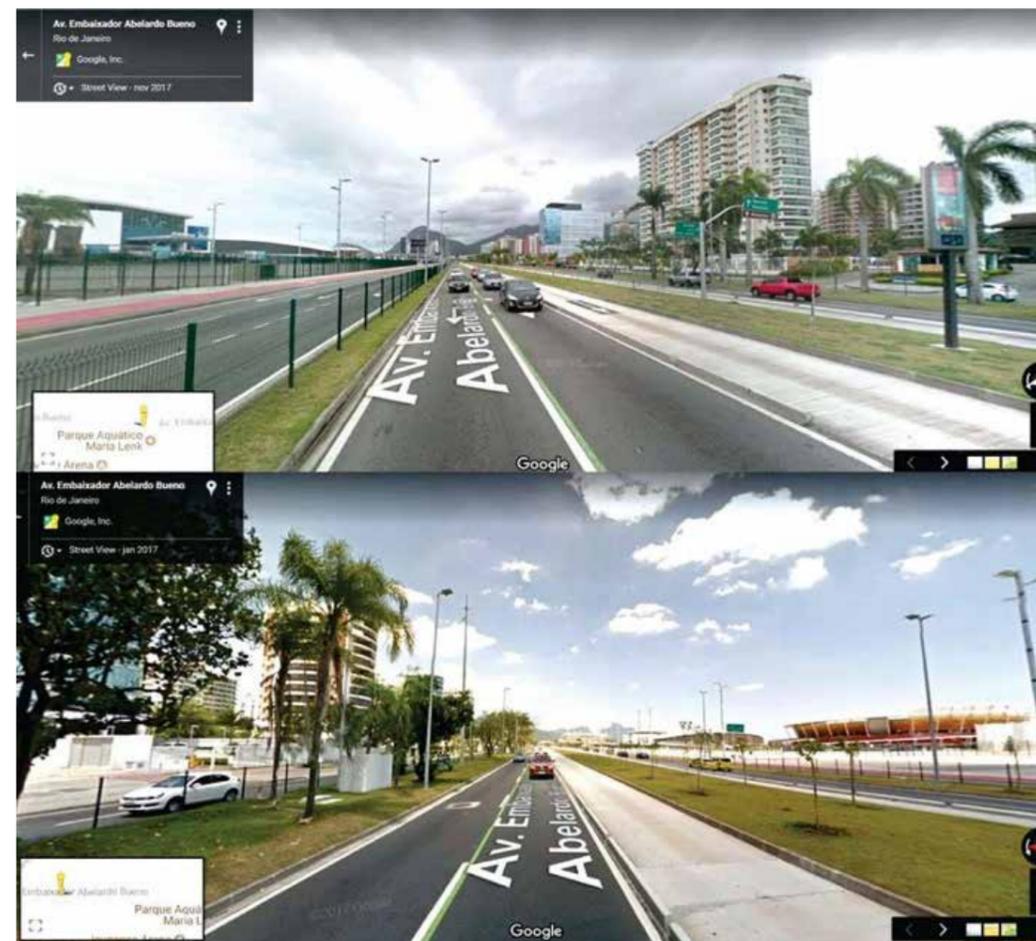


Figura 3 - Vistas da Avenida Embaixador Abelardo Bueno, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. Fonte: Google Street View (2018).

No site oficial da Empresa Olímpica Municipal⁶, o seguinte *slogan* é utilizado para divulgar as obras viárias do entorno do Parque, enfatizando a priorização do veículo privado motorizado:

‘Viário do Parque Olímpico. Duplicação das avenidas Salvador Allende e Embaixador Abelardo Bueno vai garantir maior mobilidade para motoristas que utilizam as vias. Duplicar ruas, urbanizar, integrar e garantir maior mobilidade. Esses são os principais objetivos do Viário do Parque Olímpico, que será responsável por duplicar as avenidas Salvador Allende e Embaixador Abelardo Bueno, em Jacarepaguá, além de requalificar vias no entorno, garantindo maior mobilidade para os motoristas’.

Durante as Olimpíadas, num raio de 1,61 km a partir do Parque Olímpico, conhecido como ‘1 mile’ pelos organizadores do evento, somente pedestres puderam circular. Entretanto, o desenho urbano do entorno do Parque priorizou o veículo motorizado. Desse modo, é questionado que, além do projeto não ser orientado para as necessidades dos usuários durante o megaevento, o legado deixado constitui-se de vias de trânsito rápido para o veículo. Considerando que a Barra da Tijuca é um bairro em expansão, que desde a realização do Pan-Americano de 2007, passa por transformações urbanas, questiona-se o motivo dos projetos viários ignorarem questões como mobilidade sustentável e desenho universal. Fazendo um contraponto com as

⁶ <http://www.cidadeolimpica.com.br/viario-do-parque-olimpico/>

ocupações informais presentes no Rio de Janeiro, onde nas favelas, por exemplo, as vias atendem muito mais aos critérios de desenho urbano para o pedestre do que o atual projeto viário do Parque Olímpico.

Sobre o tema da inserção social, a escolha do local para a construção do Parque Olímpico, seus princípios e a relação com o entorno são fatores que geram discussões. O Parque situa-se no antigo autódromo da cidade, sendo que ao seu lado existe a Vila Autódromo, uma Área Especial de Interesse Social (AEIS), assim definida desde 2005, segundo o Plano Diretor da cidade. Em 1997, 104 lotes receberam a titulação por parte do Governo do Estado e, posteriormente, em 1998 as famílias que residiam na faixa marginal da Lagoa Jacarepaguá receberam a concessão real de uso por 99 anos. Portanto, os moradores dessa área não são posseiros.

Qualquer interferência na área da Vila Autódromo somente poderia acontecer no sentido de garantir a permanência e o direito à moradia da comunidade, já que é uma AEIS. A duplicação das avenidas Salvador Allende e Embaixador Abelardo Bueno, assim como a abertura de acesso para o Parque, não poderiam servir de motivação para a mudança do uso e ocupação do solo daquela área. Segundo a entrevista realizada com o líder da Comunidade da Vila, somente cerca de 100 famílias residiam no local; antes do início das remoções eram em torno de 400 famílias. As remoções iniciaram em 2013 e se intensificaram em 2015: as primeiras famílias removidas receberam moradias em apartamentos do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, as demais foram retiradas através de medidas judiciais desde que com o pagamento de indenizações, e as famílias que resistiram até agosto de 2015 estavam sendo incentivadas pela Prefeitura a deixar os seus imóveis mediante pagamentos de indenizações que chegavam ao valor de 1 milhão de reais, segundo o Líder da Comunidade. Entretanto, de acordo com ele, algumas famílias não aceitaram a dita indenização e ainda ficaram em suas casas, resistindo à pressão do poder municipal. Conforme a análise da entrevista realizada, percebe-se que se criou um clima de revolta entre os primeiros moradores removidos, que na época receberam os apartamentos do Programa Minha Casa Minha Vida, e o Poder Municipal, o qual culminou por oferecer indenizações altas aos que resistiram por mais tempo. A situação que mais incomodou os moradores se deu pela instalação, por parte do Parque Olímpico, de uma máquina de fabricação de cimento ao lado do muro que delimita o Parque à Vila. Os resíduos gerados por essa máquina são poluentes para a saúde das pessoas e tornam o ambiente insalubre. Os moradores acreditam que a localização dessa máquina se deu como forma de pressioná-los a deixar o local. A seguir é transcrito um trecho da entrevista com o líder da comunidade da Vila que confirma toda essa situação:

‘[...] eles (o Governo) precisam da terra para atender à especulação imobiliária e você está no caminho [...] então eles usam várias artimanhas, uma delas é a questão da utilidade pública. Aí sim se aproveita que tem algum evento que vai acontecer para que os juízes fiquem à vontade para dar as canetadas, para fazer as remoções. São 17 dias de jogos, mas o interesse deles não é por conta dos jogos, nós poderíamos continuar aqui mesmo com os jogos acontecendo. A questão é que aqui são três empresas que vão ocupar 75% dessa área do autódromo depois dos jogos, que é a Carvalho Rocha, a Andrade Gutierrez e a Odebrecht [...] essas empresas que estão sendo investigadas pela Lava-Jato. Então [...] eles vão depois dos 17 dias de jogos desmontar o Parque e começar a construir prédios para a classe alta. A remoção aqui se dá por este motivo, pode até ter acontecido em outros países de forma diferente, mas aqui estão usando esse artifício. Estão se aproveitando da questão das Olimpíadas e colocando a área da comunidade como área de

utilidade pública. Entendo que ela é aberta a atender a sociedade quando houver a necessidade de passar uma estrada, quando for acontecer alguma coisa que vai atender toda população, mas não para atender uma coisa por apenas 17-20 dias’.

Durante a visita técnica ao Parque Olímpico, foi questionado a representante do setor de comunicação do Projeto, que acompanhou a equipe desta pesquisa, se a área da Vila Autódromo faria parte do projeto do Parque Olímpico e qual seria o motivo da necessidade de remover as pessoas ali residentes. Isso porque na proposta inicial do projeto, a remoção dessas pessoas não foi prevista. A seguinte resposta foi dada:

‘Não, a área da Vila Autódromo não faz parte do Projeto, não sei o que eles farão ali, mas não é com a gente, é outro setor que é responsável pela retirada daquelas pessoas [...] se todos não forem retirados até o início dos Jogos, vamos colocar uns painéis ali para que as pessoas que vierem não enxerguem [...], mas é mais para o estrangeiro, pois quem mora no Rio está acostumado a viver do lado da favela, vê favela todo o dia’.

Percebe-se diante dos fatos mencionados acima um descaso com a questão da inserção social, sendo o legado deixado pelos Jogos de 2016 na Barra da Tijuca direcionado às classes mais abastadas. No sistema capitalista que hoje define o crescimento urbano de muitas cidades, ninguém investe em altas indenizações em áreas de remoção sem a certeza de um retorno financeiro muito maior. Toda área do Parque Olímpico e do seu entorno imediato, após o término do megaevento, está sendo loteada com terrenos cada qual com valor muito maior do que o das indenizações oferecidas aos moradores da Vila Autódromo. Nenhum dos entrevistados soube informar o que seria realizado no terreno da Vila Autódromo, definido como uma AEIS. Segundo a entrevista realizada com um dos profissionais responsáveis pelo projeto do Parque, talvez essa área seja destinada a um parque urbano, mas o mesmo se contradiz quando afirma que na Barra da Tijuca não há necessidade de áreas com essa característica, pois como uma zona de condomínios fechados, os moradores possuem tudo o que necessitam de lazer dentro dos muros.

Desse modo, a função social a que a área da Vila Autódromo deveria se destinar se torna perdida. Também, com a análise dos dados obtidos da entrevista realizada com este mesmo profissional da equipe do projeto do Parque, foi confirmado que a questão social para as classes socialmente desfavorecidas não foi um fator considerado no projeto do Parque Olímpico, e a possibilidade de permanência dos moradores da Vila Autódromo não foi discutida. Conclui-se que a decisão da retirada dessa população foi arbitrária, sendo três as principais variáveis norteadoras de muitas decisões de projeto na Barra da Tijuca: (i) a especulação imobiliária, (ii) a higienização social e (iii) os lucros que as empreiteiras ligadas a esse futuro loteamento obterão. As análises exploratórias realizadas nesta pesquisa dão indícios que um dos motivos para as remoções das famílias residentes na Vila Autódromo seja exclusivamente a especulação imobiliária que não quer ter uma área de habitação social ao lado de um loteamento para a alta renda. Infelizmente, essa situação parece ser o principal legado deixado pelas Olimpíadas de 2016 ao bairro da Barra da Tijuca.

Segundo a entrevista realizada com a técnica que acompanhou a visita da equipe de pesquisa ao Parque Olímpico, o projeto do Parque enfatiza o seu legado à população através do projeto de uma das suas oito arenas. A arena denominada ‘Arena do Futuro’, onde se realizou as partidas de ‘handbol’ nos Jogos Olímpicos e de ‘goaball’ nos jogos paraolímpicos, foi a única pensada como estrutura temporária desde a sua concepção. Sua proposta foi que após os jogos fosse desmontada e reconstruída como

quatro novas escolas, as quais ainda não se sabia onde iriam se localizar. Conforme mencionado pela entrevistada:

‘Quanto aos prédios, somente uma arena, a Arena do Futuro, foi projetada para ser desmontada após o evento para se tornar quatro escolas, ainda não sabemos para onde vão as escolas, mas serão montadas [...]. O Estádio Aquático vai ser desmontado, mas não foi projetado para isso, mas dá para desmontar, não sabemos para onde ele vai’.

Em 2017, o prefeito de Florianópolis se mostrou interessado pela estrutura da ‘Arena do Futuro’, e iniciou uma negociação com o ministro do Esportes e com o prefeito do Rio de Janeiro. O prefeito de Florianópolis argumentava que a cidade precisa de um complexo para a prática esportiva e cultural, já sendo estudado uma parceria público-privada para o transporte, montagem e gerenciamento da arena. Ou seja, a proposta de reconstrução na forma de quatro escolas nem é cogitada. Essa Arena custou ao Governo Federal 133 milhões de reais.

Se o legado deixado à população carioca é importante, este tipo de proposta, de transferência da Arena para outra localidade, sendo a sua finalidade construtiva de se converter em quatro escolas deixada em segundo plano, não poderia nem ter entrado em pauta. Além disso, de acordo com a entrevista realizada com um dos arquitetos do Projeto do Parque, não foi definido um grupo para estudar o legado deixado pelas Olimpíadas à cidade, sendo isso ‘uma função para pesquisadores realizarem após o evento’, nas suas palavras. Essa afirmação é muito preocupante e comprova a falta de planejamento urbano e social do legado deixado pelo megaevento à população do Rio de Janeiro. Em 2010, o Prefeito da cidade criou o chamado ‘legadômetro’, que se constituiu numa comissão formada por seus assessores com a função de dar notas de 1 a 5 para cada projeto destinado às Olimpíadas de 2016, considerando indicadores econômicos, urbanísticos, sociais e ambientais. Entretanto, isso não é planejamento de legado, e, num processo participativo de construção da cidade, essas avaliações deveriam provir da população da cidade e principalmente daqueles moradores residentes nas áreas de intervenção, e não dos assessores do Prefeito. Esses dados seriam divulgados no *site* oficial da transparência olímpica⁷, entretanto até junho de 2022, o *site* nem abria sua página inicial. No Relatório de Candidatura está escrito que os principais legados seriam o planejamento urbano e social de longo prazo, entretanto a questão social das classes mais baixas nunca fez parte da proposta na prática.

Quanto à inserção ambiental e à sustentabilidade como um todo do Projeto, foi questionado à técnica da área de comunicação que acompanhou a visita guiada ao Parque, quais eram as medidas, em se tratando desses temas, que faziam parte do Projeto, sendo assim relatado:

‘Vai ser feita a despoluição da Lagoa de Jacarepaguá, mas não a tempo para as Olimpíadas, vai ser para depois’.

Foi também questionado a questão da falta de arborização dentro do Parque, sendo dito pela guia:

‘Mas esta área era um autódromo, já era tudo pavimentado, então não tinha muito o que fazer [...]. Naquela área ali que parece um estacionamento será a área de alimentação com várias bancas de

produtos cobertas por uma cobertura temporária [...]’.

É importante ressaltar que um dos argumentos da candidatura do Rio de Janeiro para ser sede das Olimpíadas de 2016 foi o de conceito de sustentabilidade. Porém, questões como a despoluição da Lagoa de Jacarepaguá não foram tratadas com a prioridade que deveriam ser, e o projeto paisagístico do Parque reforçou a imagem de que a questão ambiental, considerando questões de conforto térmico e microclima, não eram fatores essenciais.

Considerações Finais

Os dados obtidos deste estudo deixam claro que a inclusão social nunca esteve como fator norteador do projeto do Parque Olímpico de 2016, muito menos das obras do seu entorno imediato. A gentrificação, de caráter privado e especulativo, se torna preponderante sobre o interesse social, deixando como legado para cidade, na Barra da Tijuca, uma área destinada a moradias de alta renda com um desenho urbano da década de 1980, voltado para o veículo privado. Infelizmente, isso é comprovado pela própria fala das pessoas envolvidas no projeto do Parque. Um momento que poderia oportunizar o desenvolvimento de obras urbanas essenciais para a melhoria da vida de moradores em situação de vulnerabilidade social e classes mais desfavorecidas da cidade do Rio de Janeiro culminou por estimular a concretização de uma gentrificação seletista, que visa uma parcela específica da população.

Contradizendo os argumentos apontados no relatório de candidatura da cidade para as Olimpíadas, os aspectos da sustentabilidade e inclusão social não são evidenciados pelos dados analisados. A falta do estudo do legado, do ponto de vista de procurar atender à população local, foi um fator decisivo para a situação negativa evidenciada nos projetos para as Olimpíadas de 2016. A sustentabilidade, que foi um dos principais componentes para a candidatura da cidade para sediar os jogos de 2016, foi totalmente negligenciada. Espera-se que este debate desperte novas discussões sobre o tema para que situações como esta que foi vivenciada no Rio de Janeiro não se repitam, pois no mundo globalizado que se vive onde questões sociais são emergentes em vários países, situações de descaso com a população de baixa renda e valorização das classes dominantes por especulação imobiliária se tornam inaceitáveis. Atualmente, 9,6% da população mundial vive em extrema pobreza e mais de 2 bilhões de pessoas vivem com menos de 2,5 dólares por dia. Portanto, a exploração de recursos públicos e a remoção involuntárias de pessoas de baixa renda de suas moradias para dar espaço a obras destinadas a megaeventos esportivos, que não deixem um legado a população local mais vulnerável, não podem ser mais admissíveis em projetos urbanos do século XXI. A preparação das cidades-sede deveria ser diretamente fiscalizada por órgãos internacionais como a ONU e os países que não cumprissem questões fundamentais como garantias de legado social e moradia digna deveriam ser penalizados sob a forma de sanções. Infelizmente, as Olimpíadas de 2016 deixam um negativo legado urbano e social ao Brasil, servindo somente de exemplo para que não se repita em outras cidades e países.

Agradecimentos

O trabalho só foi possível através do financiamento do Governo Federal, pelo órgão CNPQ.

⁷ <http://www.transparenciaolimpica.com.br>

Referências

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2015.

CARVALHO, R. B. de. Megaeventos esportivos: legados para a economia. In: MARCELLINO, N. C. *Legados de megaeventos esportivos*. Campinas: Papyrus, 2013. Cap. 6.

DOSSIÊ DE CANDIDATURA RIO 2016. *Dossiê de candidatura Rio 2016*. 2009. Online. Disponível em: https://www.rio2016.com/transparencia/sites/default/files/dossie_de_candidatura_v1_0.pdf. Acesso em: 30 maio 2022.

EXTRA. *Para moradores da Vila do Pan, condenação de construtora pela Justiça não acaba com problemas*. Extra, 02 set 2018. Online. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/para-moradores-da-vila-do-pan-condenacao-de-construtora-pela-justica-nao-acaba-com-problemas-23032396.html>. Acesso em: 30 maio 2022.

JACOBS, J. *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Random House, 1961.

MARCELLINO, N. C. *Legados de megaeventos esportivos*. Campinas: Papyrus, 2013.

MONTEIRO, C.; LIMEIRA, J. Revitalização, Habitação e Gentrificação. In: LACERDA N.; ZANCHETTI, S. M. *Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. p. 262-279.

MUÑOZ, F. Historic evolution and urban planning typology of Olympic Villages. In: MORAGAS, M.; LLINÉS, M.; KIDD, B. *Olympic Villages: a hundred years of urban planning and shared experiences*. Laussane: International Olympic Committee, 1997. p. 27-51.

PAIVA, E. K. G. de. A cidade para o cidadão. O legado urbano dos Jogos Olímpicos. 2013. 340 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília.

PEREIRA, G. S. *Decision-making in the planning process and the contribution of Environmental Impact Assessment (EIA): a case study based comparative analysis of major sports events in Brazil and England*. 2011. 267 f. Tese (PhD in Planning). Oxford Brookes University.

ROLNIK, R. Copa do Mundo e Jogos Olímpicos: O espetáculo e o mito. 2011. Online. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2011/08/12/copa-do-mundo-e-jogos-olimpicos-o-espetaculo-e-o-mito/>. Acesso em: 02 set 2018.